

MUNICÍPIO DE VALE DO SOL PODER EXECUTIVO

EDITAL PREGÃO 24/2022

PREGÃO ELETRÔNICO

Edital pregão eletrônico para a aquisição de uma retroescavadeira nova.

O MUNICÍPIO DE VALE DO SOL, através do Prefeito Municipal, Sr. Maiquel Evandro Laureano Silva, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a aquisição de uma retroescavadeira nova, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019 e do Decreto Municipal nº 2509/2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 11 de julho de 2022.

HORÁRIO: 10 horas (horário de Brasília/DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://bll.org.br>

1.1 O Pregão, na forma Eletrônica, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações do Brasil - BLL.

1.2 Para informações complementares de natureza técnica da plataforma BLL, os interessados deverão entrar em contato com o Suporte ao Fornecedor pelo fone (41) 3097-4600.

2 – OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de uma retroescavadeira nova, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste edital.

3 – PARTICIPAÇÃO

3.1 Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site <https://bll.org.br> até o horário estipulado para o início da sessão, conforme dispõe o item 1 deste Edital.

3.2 Poderá participar do presente pregão eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site <https://bll.org.br>.

3.3 Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.4 Não poderão participar deste Pregão:

a) consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

- b) empresa ou sociedade estrangeira;
- c) empresa suspensa de contratar com o Município de Vale do Sol/RS
- d) empresa que esteja declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e) empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
- f) Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.

4 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1 Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://bll.org.br>.

4.1.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2 O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Vale do Sol, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

5.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais, que cumpre os requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.3. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 2 horas

5.4. Após a conclusão da fase de lances, os licitantes vencedores deverão anexar sua proposta atualizada no sistema, devendo na mesma constar:

- a) CNPJ e Razão Social da empresa;
- b) Descrição, marca, modelo e preço unitário do item ofertado ajustado ao lance;
- c) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60(sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;

5.5. Após o recebimento das propostas, o Pregoeiro analisará a marca e modelo cotada pelo proponente vencedor, e, caso a mesma não atenda as especificações mínimas do objeto, o respectivo item da proposta será desclassificado pelo Pregoeiro.

5.6. na proposta deverá estar incluso todas as despesas que influam nos custos, tais como: preço, despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos e também o custo de emplacamento da máquina;

5.7 O valor aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no contrato de repasse é de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais), sendo que valor superior a este estará sujeito a nova análise e aprovação pela União.

5.8 A não aprovação pelo Ministério do novo valor contratado não obriga o Município de Vale do Sol à adquirir a máquina, não cabendo à contratada qualquer espécie de ressarcimento ou compensação.

5.9 Valor acima do mencionado no item 5.7 NÃO será critério de desclassificação da proposta.

6 – ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

6.1. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

6.2. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o modo de disputa aberto, onde a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.1.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.1.2 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.1.3 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.2 O intervalo mínimo de diferença de valores será de 50,00 (cinquenta reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.3 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;

c) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

7.4 Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

7.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.6 Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

7.8 Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.

7.9 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por empresa beneficiada pela Lei Complementar 123/2006 e houver proposta apresentada por beneficiada pela Lei Complementar 123/2006 até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A empresa beneficiada pela Lei Complementar 123/2006, mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, que se iniciará após a fase de lances, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

b) o Sistema encaminhará mensagem automática, por meio do chat, convocando a empresa beneficiada pela Lei Complementar 123/2006, que se encontra em segundo lugar, a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos sob pena de decair do direito concedido.

c) não sendo vencedora a empresa beneficiada pela Lei Complementar 123/2006 mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na Condição prevista no caput, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas empresas beneficiadas pela Lei Complementar 123/2006 que se encontrem no intervalo estabelecido no caput desta condição, o Sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

7.10 Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

8.1 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.2 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10(dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensão e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1 Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação, bem como se o produto/equipamento está de acordo com o exigido pelo Termo de Referência.

9.2 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão.

9.3 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município, ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

9.4 Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

10 - HABILITAÇÃO

10.1 A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal;
- d) certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
- e) certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
- f) certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Certidão negativa de débitos trabalhistas nacional, dentro do prazo de validade, expedida pelo Tribunal Superior de Trabalho;
- h) certidão de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.
- i) declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (não emprego de menores).

j) declaração de que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

k) Declaração de que empresa não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

l) Prova de capacidade técnico operacional, através da apresentação de no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica de venda do equipamento ofertado, inclusive com assistência técnica, fornecido por órgão público ou privado.

m) Declaração com firma reconhecida que a empresa possui assistência técnica com oficina, que deverá estar localizada no estado do Rio Grande do Sul, para fornecimento de peças originais do fabricante e mão-de-obra, que deverão ser ofertadas durante o período de garantia, bem como após este período.

n) As licitantes que usufruírem os benefícios concedidos pela LC 123/2006 deverão apresentar também comprovação da sua condição de beneficiada, por meio de declaração, firmada por responsável ou contador, sob as penas da lei, de enquadramento no art. 3º da LC nº. 123/2006 e alterações trazidas pela lei 147/2014;

10.2 Os documentos exigidos para habilitação, bem como a proposta vencedora ajustada ao lance, deverão ser anexados no portal de compras eletrônicas.

11 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

11.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 3(três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico no Portal de Compras Públicas.

11.1.1 Recebida a impugnação, o pregoeiro irá encaminhá-la à autoridade competente, que decidirá no prazo de vinte e quatro horas.

11.1.2 Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após a habilitação do vencedor.

12.1.1 A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo pregoeiro.

12.2 O licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo pregoeiro, disporá do prazo de 03(três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contra razões em igual número de dias.

12.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

12.4 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

12.7 Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.

13.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14 - DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

14.1 Homologada a licitação, o Município, convocará a licitante vencedora, para assinatura do instrumento contratual, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no Art. 81 da Lei nº 8.666/93.

14.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada.

14.3 Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados conforme previsto neste Edital, ou então, revogará a Licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 20% (dez por cento) do valor do contrato.

15 - DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1 A licitante vencedora deverá entregar o equipamento, junto a Prefeitura Municipal de Vale do Sol, RS, localizada na Rua Augusto Emmel, 96, **em até 60 (sessenta) dias** após a ordem de entrega emitida pelo município.

15.2 A fiscalização do contrato ficará a cargo do secretário municipal de obras do município, que poderá determinar a paralização do mesmo, caso este não esteja de acordo com as especificações deste edital.

15.3 A fiscalização da entrega será acompanhada por equipe técnica designada através de portaria para este fim.

16 - DO PAGAMENTO:

16.1 O pagamento será efetuado no prazo de trinta (30) dias após a entrega, mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e a aceitação do equipamento por parte da equipe técnica.

16.2 Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16.3 O pagamento fica vinculado a transferência de recursos do Governo Federal, através do convênio/mapa nº 914967/2021 assinado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

16.4 O valor aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no contrato de repasse é de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais), sendo que valor superior a este estará sujeito a nova análise e aprovação pela União.

16.5 A não aprovação pelo Ministério do novo valor contratado não obriga o Município de Vale do Sol à adquirir a máquina, não cabendo à contratada qualquer espécie de ressarcimento ou compensação.

17 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Obras: 0701.2678201171.023000.449052400000 (2448 e 6401)

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

c) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

d) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 5 (cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

e) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

f) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

g) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1 É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

19.2 A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei n.º 8.666/93.

19.3 É de inteira e expressa responsabilidade da empresa licitante todas as despesas necessárias para a entrega do objeto deste Edital, incluindo custos com fretes, recursos materiais e humanos, encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes deste Edital.

19.4 Todas as informações relativas ao edital, atas, impugnações e pedidos de esclarecimento, estarão disponíveis para consulta no site <https://www.valedosol.rs.gov.br/>.

19.5 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

19.6 O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

19.7 O Município de Vale do Sol se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

19.8 Integram este Edital de Pregão Eletrônico:

ANEXO I - Termo de Referência.

ANEXO II – Minuta de Contrato

ANEXO III – Modelo de Declarações

ANEXO IV – Modelo de Declaração lei 123/2006

Vale do Sol, RS, 23 de junho de 2022.

Maiquel Evandro Laureano Silva
Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e aprovado pela Assessoria Jurídica.

Em ____-____-____.

Cassio Guilherme Alves
OAB-RS 83.510

MUNICÍPIO DE VALE DO SOL
PODER EXECUTIVO

ANEXO I – PREGÃO ELETRÔNICO 24/2022
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de retroescavadeira, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	QUANT	UNIDADE MEDIDA	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	VALOR REFERÊNCIA
1.	1	un	Retroescavadeira nova, ano e modelo não inferior a 2021, com as seguintes especificações mínimas: tração 4 x 4, peso operacional de no mínimo 7.000 kg., com motor diesel turbo alimentado de 04 cilindros, potência bruta mínima de 85 HP, conversor de torque com transmissão de no mínimo 4 velocidades a frente e 2 a ré, capacidade mínima de óleo diesel no tanque de 130 litros, profundidade de escavação de 4,2m ou superior, força de desagregação no cilindro caçamba da retro superior a 4.900Kgf, caçamba de retro com dentes e capacidade mínima de 0,24m³, chassi monobloco ou peça única, freio a disco banhados a óleo, caçamba da pá-carregadeira com dentes e capacidade mínima de 0,95m³, com cabine rops/fops fechada com ar condicionado e rádio MP3 com alto falante instalado, limpador de para-brisa, medida do aro traseiro mínimo de 24 e aro dianteiro mínimo de 16 com pneus novos, sistema de iluminação completo para trabalho e deslocamento, extintor de incêndio, emplacada em nome do município com seguro obrigatório pago e com todos os itens de segurança exigidos pela Legislação atual e demais equipamentos operacionais e acessórios originais e standart do fabricante.	395.000,00

1.2 Orçamento

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS: ITENS	EMPRESA 1 J. Malucelli Equipamentos S/A	EMPRESA 2 Distribuidora Meridional de Motores	EMPRESA 3 Shark Máquinas	Mínimo
Retroescavadeira, nova, ano e modelo não inferior a 2021, tração 4 x 4, motor turbo diesel de potência mínima de 85 HP, peso operacional mínimo de 7.000 kg, caçamba da carregadeira com capacidade mínima de 0,95 m3 e caçamba de retro de no mínimo 0,24m3	R\$ 490.000,00	R\$ 395.000,00	R\$ 450.000,00	R\$395.000,00

1.3 Prazo de validade das propostas: 60 (sessenta) dias.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O município de Vale do Sol, localizado na região Central do Rio Grande do Sul, limitando-se com os municípios de Candelária, Vera Cruz, Sinimbu, Herveiras e Passa Sete. Vale do Sol, município tipicamente agrícola, estruturado basicamente na agricultura familiar. A presente proposta busca a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas como forma de apoio e desenvolvimento do setor agropecuário de Vale do Sol/RS, indo de encontro aos interesses recíprocos entre o Governo Federal e Municipal. Face a sua grande aplicabilidade o equipamento a ser adquirido poderá exercer diversas atividades diretamente nas propriedades rurais e estradas vicinais. O trabalho não ficará restrito a algumas localidades, terá uma abrangência municipal. O equipamento que está sendo buscado atuará na manutenção de estradas vicinais do município, atuando em conjunto com os demais equipamentos que compõe a patrulha mecanizada.

3. GARANTIA

3.1 O objeto a ser contratado deverá ter garantia mínima de 1 ano sem limite de horas para motor, transmissão, eixo e componentes hidráulicos e estruturais da máquina, a contar da entrega do mesmo.

4. ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 O prazo de entrega do bem é de 60 (sessenta) dias, contados da emissão da autorização de entrega pelo Município de Vale do Sol, no seguinte endereço: Rua Augusto Emmel, nº 96, Vale do Sol/RS.

4.2 A fiscalização da entrega será acompanhada por equipe técnica designada através de portaria para este fim.

4.3 A empresa deverá realizar entrega técnica do equipamento, que será acompanhada por equipe indicada pelo município.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

5.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de Comissão especialmente designada;

5.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes do Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante e modelo.

7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1 Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designada Comissão para acompanhar e fiscalizar a entrega do bem, emitindo o termo respectivo, registrando eventuais ocorrências relacionadas com a execução e determinando, se necessário, à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

8.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.3 O valor aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no contrato de repasse é de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais), sendo que valor superior a este estará sujeito a nova análise e aprovação pela União.

8.4 A não aprovação pelo Ministério do novo valor contratado não obriga o Município de Vale do Sol à adquirir a máquina, não cabendo à contratada qualquer espécie de ressarcimento ou compensação.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, se a Contratada:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato, inclusive fraude fiscal.

MUNICÍPIO DE VALE DO SOL/RS, 23 de junho de 2022.

Maiquel Evandro Laureano Silva
Prefeito Municipal de Vale do Sol

MUNICÍPIO DE VALE DO SOL
PODER EXECUTIVO

ANEXO II – PREGÃO ELETRÔNICO 24/2022
MINUTA DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO
COM GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

Poder Executivo de Vale do Sol, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 94.577.574/000170, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Maiquel Evandro Laureano Silva, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, cadastrada no CNPJ sob o n.º _____, com sede em _____, na cidade de _____, representada neste ato por _____, inscrito no CPF/MF, sob o n.º _____, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a aquisição do equipamento abaixo descrito, com garantia e assistência técnica qualificada, conforme Edital Pregão Eletrônico n.º 24/2022 e respeitadas as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

I - DO OBJETO

ITEM	QUAN	UN.	DESCRIÇÃO	R\$
01	01	un	Retroescavadeira nova, ano e modelo não inferior a 2021, com as seguintes especificações mínimas: tração 4 x 4, peso operacional de no mínimo 7.000 kg., com motor diesel turbo alimentado de 04 cilindros, potência bruta mínima de 85 HP, conversor de torque com transmissão de no mínimo 4 velocidades a frente e 2 a ré, capacidade mínima de óleo diesel no tanque de 130 litros, profundidade de escavação de 4,2m ou superior, força de desagregação no cilindro caçamba da retro superior a 4.900Kgf, caçamba de retro com dentes e capacidade mínima de 0,24m³, chassi monobloco ou peça única, freio a disco banhados a óleo, caçamba da pá-carregadeira com dentes e capacidade mínima de 0,95m³, com cabine rops/fops fechada com ar condicionado e rádio MP3 com alto falante instalado, limpador de para-brisa, medida do aro traseiro mínimo de 24 e aro dianteiro mínimo de 16 com pneus novos, sistema de iluminação completo para trabalho e deslocamento, extintor de incêndio, emplacada em nome do município com seguro obrigatório pago e com todos os itens de segurança exigidos pela Legislação atual e demais equipamentos operacionais e acessórios originais e standart do fabricante.	

II - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

II.1 - O preço total ajustado é conforme tabela anterior, resultante da proposta vencedora do Pregão Eletrônico n.º 24/2022, a qual este contrato se vincula.

II.2 - O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias após o recebimento dos equipamentos.

II.3 - As despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Obras: 0701.2678201171.023000.449052400000 (2448 e 6401)

II.4 – O pagamento fica vinculado a transferência de recursos do Governo Federal, através do convênio/mapa nº 914967/2021 assinado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

II.5 O valor aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no contrato de repasse é de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais), sendo que valor superior a este estará sujeito a nova análise e aprovação pela União.

II.6 A não aprovação pelo Ministério do novo valor contratado não obriga o Município de Vale do Sol à adquirir a máquina, não cabendo à contratada qualquer espécie de ressarcimento ou compensação.

III - DO PRAZO DE ENTREGA

III.1. O objeto deverá ser entregue emplacado com seguro obrigatório pago, no pátio da Prefeitura Municipal de Vale do Sol no prazo de 60 dias após a autorização de entrega emitida pelo município.

III.2. Verificada a desconformidade do objeto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

III.3. A empresa deverá efetuar entrega técnica do equipamento aos funcionários designados pela municipalidade.

IV - DA GARANTIA

IV.1 - A CONTRATADA dá como garantia dos equipamentos ofertados o prazo mínimo de 12 meses a contar da entrega do equipamento.

IV.2 – Durante o prazo de garantia deverá ser substituído sem ônus para o contratante, a parte ou peça defeituosa, salva quando o defeito for provocado por uso inadequado do contratante.

V - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

V.1 - A CONTRATADA, deverá prestar assistência técnica qualificada, fornecer orientação e executar manutenção preventiva e corretiva no equipamento, visando otimizar o funcionamento.

VI - DAS MODIFICAÇÕES

VI.1 - O MUNICÍPIO poderá modificar unilateralmente o presente contrato para melhor adequá-lo às finalidades do interesse público, respeitando os interesses da CONTRATADA.

VII - DAS PENALIDADES

VII.1 - As penalidades contratuais serão:

- a) Advertência, que será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou especificações estabelecidas;
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pelo não atendimento de qualquer das cláusulas estabelecidas no contrato;
- c) Suspensão de licitar junto a Prefeitura Municipal de Vale do Sol pelo período de 2 anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

VII.2 - Serão aplicadas as penalidades:

- a) quando houver atraso comprovado por culpa da CONTRATADA;
- b) quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

VII.3 - A multa prevista não exclui as penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, a qual este instrumento se vincula.

VII.4 - A multa prevista nesta cláusula não tem caráter compensatório o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

VIII - DA RESCISÃO

VIII.1 - A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no Art. 78, incisos I a XII, da Lei Federal n.º 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA, direito a qualquer indenização e sem prejuízo das penalidades pertinentes, bem como ainda nas seguintes situações:

- a) as situações previstas na cláusula anterior;
- b) alterações sociais ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato;
- c) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal, exaladas no competente procedimento administrativo;
- d) descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- e) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução contratual;
- f) por acordo entre as partes, reduzidos a termo no procedimento licitatório, desde que haja conveniência para o MUNICÍPIO.

IX - OUTRAS OBRIGAÇÕES

IX.1 - Além das obrigações já tratadas no instrumento contratual, fica a CONTRATADA, obrigada a manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IX.2 - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrente da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à contratada.

IX.3 - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

X - DA LEGISLAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

X.1 - O presente contrato é regido em todos os seus termos pela Lei Federal n.º 8.666/93 e pelas alterações posteriores.

X.2 - A Prefeitura Municipal, através do secretário de obras, ou por uma comissão nomeada pelo Prefeito Municipal, fiscalizará a entrega dos equipamentos, podendo determinar a troca do mesmo, se este não estiver de acordo com as especificações do edital.

XI - DOS TRIBUTOS E DESPESAS

XI.1 - Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

XII - DO FORO

XII.1 - O Foro do presente contrato será o da Comarca de Vera Cruz, independentemente da existência de qualquer outro mais privilegiado.

E para a firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, assinam o presente instrumento a CONTRATADA e CONTRATANTE, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas a tudo presentes.

Vale do Sol (RS), _____ de 2022.

Maiquel Evandro Laureano Silva
Prefeito Municipal de Vale do Sol – RS

Contratada
CNPJ:

Cassio Guilherme Alves
Assessor Jurídico Municipal
OAB-RS 83.510

Testemunhas

Claudeomir Karnopp
CPF: 719.108.080-91

Alessandro Michel Kappel
CPF: 010.749.040-44

**MUNICÍPIO DE VALE DO SOL
PODER EXECUTIVO**

ANEXO III – PREGÃO 24/2022

MODELO DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Vale do Sol
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2022.

_____, inscrito no CNPJ nº _____,
por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____,
portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
_____, **DECLARA QUE:**

a) sua empresa não foi considerada **inidônea** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, bem como em cumprimento ao que dispõe o parágrafo 2º do artigo 32 da referida lei. Declaro também, que comunicarei qualquer fato superveniente à entrega dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências do procedimento licitatório em epígrafe;

b) cumpre com o disposto no **inciso XXXIII do artigo 7º** da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos).

c) não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, pertencente ao Município de Vale do Sol.

Local e Data

Representante da empresa
CPF

ANEXO IV – PREGÃO ELETRÔNICO 24/2022

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

À
Prefeitura Municipal de Vale do Sol
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2022.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, declara, sob as penas da lei, que está enquadrada como beneficiária da lei complementar 123/2006, na modalidade de _____ (ME, EPP, MEI...), estando excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da mesma lei.

Local e Data

Representante da empresa
CPF